



XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

ATLETAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A QUESTÃO DA PERMANÊNCIA E DA EVASÃO

Ricardo Antonio Torrado de Carvalho

Universidade de São Paulo

ricardotorrado@live.com

Celia Maria Haas

Universidade de São Paulo

celiamhaas@uol.com.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir a problemática da permanência e da evasão dos alunos atletas na Educação Superior. De natureza quantitativa, o estudo apoia-se em dados oficiais coletados de uma determinada Instituição de Ensino de São Paulo na qual esses alunos estão matriculados, a partir da consulta do controle de matrículas e frequência dos atletas bolsistas ingressantes em janeiro de 2012. A discussão dos dados coletados conta com o apoio dos teóricos da área de Política Pública em Educação Superior e de estudos realizados por outros pesquisadores relacionados às políticas de acesso, permanência, evasão escolar e escolarização dos atletas. Como resultado, espera-se contribuir com as ações, programas ou projetos que visam apoiar os atletas quanto ao acesso, a permanência e a conclusão de seus estudos na educação superior.

Palavras-chaves: Evasão no terceiro grau; Política na Educação Superior; Incentivo ao Atleta.

ABSTRACT

This paper discusses the dropout in higher education through a scholarship to study with athletes of a particular Institution of Education of São Paulo. Quantitative in nature, the study is based on official data collected in IES where athletes are enrolled. Control enrollment and frequency of incoming scholarship students in January 2012 was consulted. The discussion of the data collected has the support of the theoretical area of Public Policy in Higher Education and studies by other researchers to access policies, permanence, truancy and school athletes. As a result, we expect to contribute to the actions, programs or projects aimed at supporting athletes in access, retention and completion of their studies in higher education.

Keywords: Escape in the third degree; Policy in Higher Education; Incentive Athlete.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Permanência dos atletas bolsistas matriculados em 2012. – PÁG. 2

Gráfico 2 - Atletas bolsistas que realizaram estágio curricular em 2013. PÁG. 3

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre escolarização e formação de jovens atletas indicam que o esporte e a escola correspondem a dois centros educativos independentes um do outro, dificultando assim a permanência de muitos atletas na educação básica e superior.

É inviável para um atleta conseguir acompanhar e se dedicar a uma faculdade atuando em clubes brasileiros. Em nosso país, não existe a facilidade de transitar entre cidades em pouquíssimo tempo, como na Europa. O jogador é muito exigido desde cedo, não temos como culpar. O calendário é um dos fatores que também não permite esse acompanhamento, essa dedicação ao estudo (GALLO, 2014).

A permanência na escola dos jovens atletas futebolistas vem diminuindo cada vez mais n decorrer dos anos. Muitos meninos sonham em ter um futuro brilhante no futebol, e com o mesmo uma ascensão financeira. Contudo, após ingressarem em uma equipe de futebol, visando uma oportunidade de crescimento, muitas vezes acabam abandonando os estudos, e não chegam a concluir o ensino médio (BALZANO, 2012, p. 7).

Familiarizado com este contexto, tem o autor acompanhado a participação dos atletas nos cursos superiores de uma determinada Instituição de Educação Superior de São Paulo, constatando que está longe de ideal ou mesmo desejável a permanência desses alunos nos cursos escolhidos.

Um estudo realizado com 25 atletas matriculados no curso superior de Educação Física em 2012 apontou que apenas dez desses alunos deram andamento aos estudos no ano seguinte.

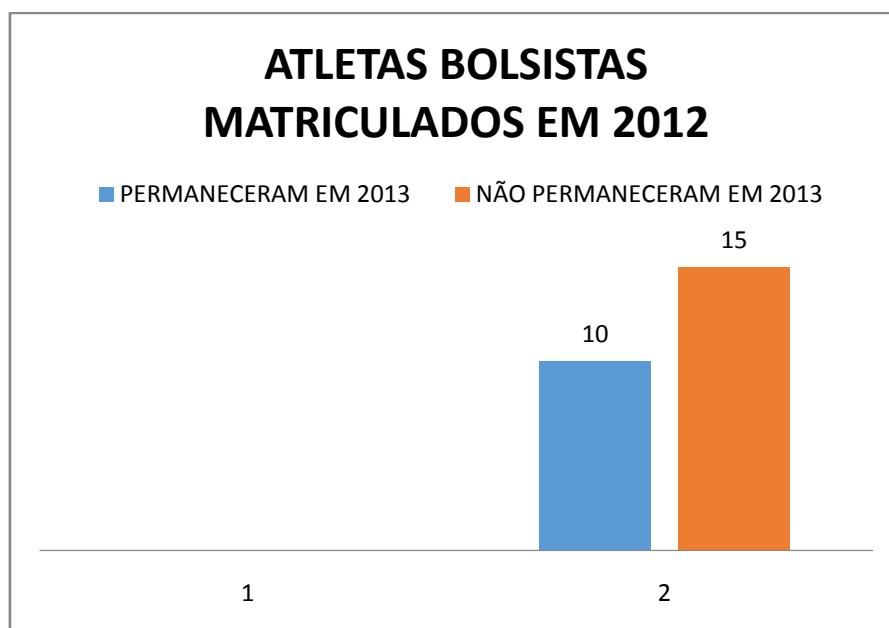


Gráfico 1: Permanência dos atletas bolsistas matriculados em 2012.

Outra observação pertinente ao objeto de estudo é a dificuldade desse grupo de alunos em cumprir as atividades complementares e os estágios curriculares previstos na matriz curricular do curso. Entre janeiro de 2012 e janeiro de 2013, nenhum atleta tomou parte em um único programa de estágio ou atividades complementares.



Gráfico 2: Atletas bolsistas que realizaram estágio curricular em 2013.

O objetivo deste artigo é discutir a problemática da permanência e da evasão dos alunos atletas na Educação Superior. Afinal, que causas determinam a evasão desses atletas nos cursos superiores que estavam matriculados?

Todo o trabalho de levantamento, exame e reflexão do material bibliográfico consultado tem por fim colaborar com as ações, programas ou projetos que visam apoiar os atletas quanto ao acesso, permanência e conclusão de seus estudos na educação superior

A ESCOLARIZAÇÃO DE ATLETAS

Segundo GISI (2004, p.3) “os que não têm condições de ingressar e permanecer no ensino superior se percebe e é percebido como estando em condição de desigualdade”.

Para outra pesquisadora neste mesmo campo de conhecimento, Nadir Zago, a desigualdade de oportunidades de acesso à educação superior é construída de forma contínua e durante toda a história escolar dos candidatos, pois, para esses estudantes

Chegar a esse nível de ensino nada tem de “natural”, mesmo porque parte significativa deles, até o ensino fundamental e, em muitos casos, ainda no ensino médio, possuía um baixo grau de informação sobre o vestibular e a formação universitária. Essa lacuna não é uma característica comum ao meio estudado (ZAGO, 2006, p.230).

Portanto, podemos observar que as “condições” na educação básica fazem a diferença e mostra critérios de seleção quanto ao acesso e permanência na Educação Superior.

Neste contexto, os atletas bolsistas na educação superior tendem a ter maiores dificuldades de permanência, já que na Educação Básica sua vida escolar conflitava com os compromissos esportivos, como veremos em estudos sobre “escolarização de atletas”.

Os possíveis motivos para tal realidade resultam de experiências anteriores, quando crianças, ao terem que conviver entre a exigência esportiva e os compromissos escolares, como sugere Damo.

A carreira do esportista é muito específica se comparada às outras carreiras convencionais. Sua aposentadoria em média é muito precoce, com aproximadamente trinta e cinco anos. Desde o início da carreira, o jovem atleta participa de árduos treinamentos nos clubes, realiza repetições de movimentos e submete-se a trabalhos físicos extenuantes (DAMO, 2007, p.43).

Um estudo que muito contribuiu para esta pesquisa é o artigo sob o título “Abandono dos estudos: uma análise dos atletas de futebol em formação nas categorias de base de Belém/PA” de autoria de Almeida e Souza (2013).

Como resultado do estudo, os autores mostram que a maioria significativa dos atletas está matriculada na escola (86,9%), porém o percentual de repetência escolar (54,2%), atraso escolar (71,2%) e defasagem escolar (45,7%) se mostram bastante elevados. Esses resultados indicaram que apesar da maioria dos atletas não terem abandonado a escola, os mesmos possuem déficits escolares consideráveis, além de dificuldades de conciliar a rotina esportiva com os estudos. Segundo os autores, foi possível também observar que, quanto maior é a idade do atleta e mais perto ele se aproxima do futebol profissional, maiores são as dificuldades nos estudos, o que indica um distanciamento da Educação Superior.

Outra dificuldade que se apresenta, é a questão da preocupação com o sucesso profissional desde muito cedo, o que pode fazer com que o jovem priorize treinos e competições em relação aos compromissos escolares. Enquanto os atletas exercitam suas habilidades esportivas, geralmente entre sete e vinte anos, a maioria dos jovens não esportistas está na escola reunindo capital cultural pela rotina de estudos. O fato de o esporte ter-se tornado uma atividade econômica, não apenas entretenimento físico lúdicos, também altera a maneira de a sociedade valorizar o segmento.

Com jogadores bem pagos e de grande ascensão social, o imaginário coletivo passa a associar o atleta a um profissional de sucesso, o que estimula muitos jovens a traçar seu plano de vida como jogador.

Devido a essa valorização do esporte e mais especificamente do futebol no Brasil, muitos jovens decidem ingressar desde a mais tenra idade nas mais variadas modalidades esportivas com o fim de praticar uma atividade física, mas principalmente de se profissionalizar e alcançar a posição de destaque de seus ídolos, evidenciando que no Brasil o esporte é muitas vezes encarado como uma promessa profissional. (EPIPHANIO, 2002, p. 16).

Segundo Damo (2005, p.23), a busca por essa profissionalização pode começar antes mesmo dos 12 anos de idade e implica aproximadamente cinco mil horas de prática de atividades corporais específicas ao longo de 10 anos. A ilusão de uma rápida ascensão social por meio do esporte faz com que muitos abandonem a escola.

Neste contexto, analisamos os resultados obtidos na pesquisa realizada por Paulo Henrique G. Barreto, sobre flexibilização escolar a atleta em formação alojados em Centros de Treinamento de Futebol. Concluiu-se que família, clube, agentes e empresários, escola e o próprio atleta, formam um sistema flexível que se traduz em uma via facilitadora de se alcançar o objetivo maior, que é o ingresso na carreira profissional no futebol. A educação do adolescente, por esse sistema, se torna um objetivo secundário

Alguns clubes brasileiros mantêm unidades escolares dentro de seus Centros de Treinamento. Do ponto de vista prático, elimina-se o problema de locomoção. Entretanto, segundo Marques e Samulski (2009, p. 37), “um aspecto limitador da escola instalada dentro do clube é a diversificação dos círculos sociais, pois ao frequentarem uma escola regular, os atletas têm contato com outros jovens não envolvidos com o esporte, possibilitando novas amizades”.

O fator psicológico também é citado em pesquisas sobre escolarização de atletas. Um estudo sobre estresse psicológico dos atletas no futebol de campo constatou que 49% dos atletas entrevistados não estavam estudando, enquanto 72,4% não haviam completado o ensino fundamental. Esta pesquisa foi realizada pelo Laboratório de Psicologia do Esporte do Departamento de Educação Física e avaliou 94 atletas, com idade entre 15 e 21 anos, dos três principais clubes do Recife. “Além disso, muitos deles (atletas) afirmam que os treinamentos, os jogos e as viagens são os principais responsáveis pela desistência do estudo”, revela Nairton Azevedo, professor do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco.

LEGISLAÇÃO ESPORTIVA BRASILEIRA

Segundo a Constituição Federal, em seu art. 205, os três objetivos básicos da educação precisam ser respeitados. São eles, citados no art. 206:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

[...]

VI – gestão democrática do ensino público na forma da lei;

VII – garantia de padrão de qualidade.

[...] (BRASIL, 2006, p. 134)

Portanto, a educação é direito fundamental do homem – de todos – primordialmente informado pelo princípio da universalidade, bem como as condições de acesso e permanência.

Todas as leis, incluindo a própria Constituição, devem respeitar e acompanhar este direito. No aspecto legal, a legislação esportiva brasileira contempla a questão educacional dos atletas da seguinte forma. A Lei 9.615/98 assegura que os sistemas de ensino da União, dos Estados e dos Municípios, bem como as instituições de ensino superior, definirão normas específicas para verificação do rendimento e controle de frequência dos estudantes que integrem representação desportiva nacional.

O programa Bolsa-Atleta (BRASIL, Lei 10.891, de 09 de julho de 2004) garante benefício financeiro. Uma das categorias apresentadas é a Estudantil, destinada aos atletas que participam de eventos nacionais estudantis, reconhecidos pelo Ministério do Esporte, e obtêm até a 3ª (terceira) colocação nas modalidades individuais ou que são selecionados entre os 24 (vinte quatro) melhores atletas das modalidades coletivas dos referidos eventos e que continuem a treinar para futuras competições nacionais. Para pleitear a concessão da bolsa-atleta estudantil, precisa o atleta estar regularmente matriculado em uma instituição de ensino pública ou privada. O valor do benefício é de R\$ 300 mensais (trezentos reais) ¹. Os atletas que já receberem o benefício e conquistarem medalhas nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos serão automaticamente indicados para renovação da bolsa.

O incentivo é financeiro, mas as exigências para o benefício tendem a afastar o atleta de outros compromissos, inclusive os educacionais. Participar de eventos esportivos, ficar entre os primeiros, exige do jovem atleta uma dedicação quase exclusiva a treinamentos e jogos, que o afasta da Instituição de Ensino ou compromete totalmente seu rendimento escolar. Eis aí uma contradição.

Outra lei (BRASIL, Lei 12.395, de 16 de março de 2011) cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva, que igualmente procuram apoiar a educação dos atletas vinculando o clube formador a prestar-lhes assistência educacional. De acordo com o inciso 1 do art. 29, será considerada formadora de atleta a entidade de prática desportiva que:

a) forneça aos atletas programas de treinamento nas categorias de base e complementação educacional;

b) garanta assistência educacional, psicológica, médica e odontológica, assim como alimentação, transporte e convivência familiar;

¹ Explicações sobre a categoria Estudantil do Programa Bolsa Atleta do Governo Brasileiro, acessado em 25/08/2013. Disponível em
<http://www.caixa.gov.br/Voce/social/beneficios/bolsa_atleta/index.asp>

c) ajuste o tempo destinado à efetiva atividade de formação do atleta, não superior a 4 (quatro) horas por dia, aos horários do currículo escolar ou de curso profissionalizante, além de propiciar-lhe a matrícula escolar, com exigência de frequência e satisfatório aproveitamento.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa segundo Minayo (1993, p.23) é considerada como “atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”.

A coleta de dados foi realizada por meio de revisão bibliográfica, envolvendo teses, dissertações e periódicos sobre o tema escolarização de atletas. A discussão dos dados coletados conta com o apoio dos teóricos da área de Política Pública em Educação Superior e de estudos realizados por outros pesquisadores relacionados às políticas de acesso, permanência e evasão escolar. Foi realizada uma análise nos documentos oficiais da Instituição de Educação Superior, da cidade de São Paulo, onde 25 atletas bolsistas ingressaram em 2012.

Considerando o critério de classificação de pesquisas apresentado por Gil (1996), em relação a coleta de dados, este artigo pode ser classificado como bibliográfico, uma vez que foi apoiado em material já elaborado, principalmente leituras de leis e pesquisas científicas e, estudo de caso, uma vez que um único objeto (evasão dos alunos bolsistas na educação superior) foi estudado em profundidade com o objetivo de obter um conhecimento detalhado a cerca do mesmo.

Foi consultado o controle de matrículas e frequência desses alunos onde se identificou uma importante evasão no final de 2013.

CONCLUSÕES

Apresentadas as causas da problemática da evasão de atletas bolsistas na educação superior, convém sugerir que algumas medidas poderiam ser tomadas para amenizar os problemas deste abandono e assim, conter a evasão. Deve-se cuidar do atleta enquanto aluno, dando-lhe as condições básicas para que ele priorize a escola em relação ao esporte, despertando assim o interesse e a conscientização de que o estudo é importante para seu presente e futuro na educação superior.

Também, observa-se que o próprio sistema esportivo brasileiro acaba por motivar o conflito entre as obrigações escolares e obrigações esportivas. Conclui-se, portanto, haver a necessidade de uma revisão neste sistema para que o calendário de jogos e treinos não conflite com o calendário escolar ou acadêmico.

As tentativas de manterem unidades escolares dentro dos clubes me parece, num primeiro momento, viável. Entretanto, requer aprimoramentos quanto a estrutura e projetos pedagógicos alinhados às necessidades e interesses de cada atleta.

REFERENCIAS

BALZANO, O.N. **Projeto esporte social: uma possibilidade de inclusão dos alunos negros, atletas e oriundos de classes populares na escola privada, através do futebol.** Dissertação de Mestrado. Centro Universitário La Salle – UNILASALLE. Porto Alegre, 2008.

BRASIL **Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.** Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Legislação Federal. sítio eletrônico internet - planalto.gov.br

BRASIL **Lei 10.891, de 09 de julho de 2004.** Institui o Bolsa-Atleta. Legislação Federal. sítio eletrônico internet - planalto.gov.br

BRASIL **Lei 12.395, de 16 de março de 2011.** Altera as Leis 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei 6.354, de 2 de setembro de 1976 e dá outras providências. Legislação Federal. sítio eletrônico internet - planalto.gov.br

DAMO, Arlei Sander. **Do Dom à Profissão: formação de futebolistas no Brasil e na França.** São Paulo: Aderaldo e Rothschild Editora, Anpocs, 2007.

EPIPHANIO, E. H. **Conflitos vivenciados por atletas quanto à manutenção da prática esportiva de alto rendimento.** Estudos em psicologia, 19, 15-22, 2002.

GALLO, Alexandre. Atletas encontram dificuldades para conciliar estudo e esporte: depoimento. [06/06/2014]. Bahia. **Jornal Correio.** Entrevista concedida a Fernanda Varela.

GISI, Maria Lourdes. Políticas Educacionais para a Educação Superior: acesso, permanência e formação. **Revista Diálogo Educacional.** Curitiba, v.4, n.11, p. 43-52, jan/abr. 2004

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES, M.P.; SAMULSKI, D.M. **Análise da creche esportiva de jovens atletas de futebol na transição da fase amadora para a fase profissional: escolaridade, iniciação, contexto sócio-familiar e planejamento de carreira.** Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte. 23(2): abr/jun, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, 2006. Disponível em: <http://w.scielo.br/scielo.ph?scrip=_aex&pid=S143-2478063&lng=ptmiso>. Acesso em: 10Dez26. doi:10.59/S413- 2478063

